



PRÁXIS PEDAGÓGICA / BIBLIOTECA

# Educação de Gênero e Violência contra a Mulher

**Atividade Pedagógica Interdisciplinar para o Ensino Médio**

Tema transversal · Articulação interdisciplinar

Concepção pedagógica e autoria: Mário Sérgio Godoy

Designer Educacional e Pedagogo

PRÁXIS PEDAGÓGICA | RECURSO 02

**Coleção:** Biblioteca Práxis Pedagógica

**Autoria e concepção pedagógica:** Mário Sérgio Godoy

**Natureza:** Proposta de atividade pedagógica — tema transversal

**Etapas de ensino:** Ensino Médio

**Organização:** Articulação interdisciplinar entre componentes curriculares

## Apresentação

A violência contra a mulher é um fenômeno social que envolve relações históricas, culturais, econômicas, jurídicas e políticas. Sua compreensão exige conhecimentos que ultrapassam os limites de uma única disciplina.

Esta proposta pedagógica parte da possibilidade de transformar o debate sobre educação de gênero e violência contra a mulher em objeto de investigação escolar.

O propósito não é produzir respostas previamente determinadas, mas organizar situações de aprendizagem nas quais os estudantes possam examinar diferentes argumentos, investigar evidências, apropriar-se de conceitos e compreender as relações sociais envolvidas.

A atividade toma como referência uma concepção de educação em que os conhecimentos escolares constituem instrumentos fundamentais para interpretar criticamente a realidade.

## 1. Problema gerador

**A escola deve discutir gênero e violência contra a mulher? Onde estão os limites e as responsabilidades da escola, da família e do Estado?**

Essa questão orientará o processo de investigação.

Sua formulação permite examinar diferentes perspectivas sobre a abordagem escolar do tema, distinguindo opiniões, argumentos, conhecimentos científicos, direitos e responsabilidades institucionais.

## 2. Objetivo geral

Desenvolver uma investigação interdisciplinar sobre a violência contra a mulher e as relações sociais de gênero, articulando conhecimentos escolares, análise de dados, argumentação e reflexão sobre as responsabilidades da escola, da família e do Estado.

## 3. Objetivos específicos

- Investigar os fatores históricos, sociais e culturais relacionados à violência contra a mulher.
- Compreender conceitos como gênero, estereótipos, desigualdade, discriminação, relações de poder e direitos humanos.

- Identificar diferentes argumentos presentes no debate público sobre a abordagem escolar do tema.
- Examinar criticamente informações estatísticas e suas fontes.
- Conhecer dispositivos legais relacionados à prevenção da violência e à proteção de direitos.
- Desenvolver práticas de pesquisa, argumentação, escuta e diálogo.
- Articular conhecimentos de diferentes componentes curriculares na interpretação de um fenômeno social complexo.
- Elaborar coletivamente uma síntese fundamentada do processo investigativo.

## 4. Articulação interdisciplinar

A proposta não exige a criação de uma disciplina específica. O tema transversal será desenvolvido por meio da articulação de conhecimentos e procedimentos próprios de diferentes componentes curriculares.

**História:** Constituição histórica das relações de gênero, participação das mulheres e transformações dos direitos.

**Sociologia:** Relações sociais, desigualdade, instituições, estereótipos e violência.

**Filosofia:** Ética, liberdade, igualdade, dignidade, direitos e argumentação.

**Língua Portuguesa:** Análise de discursos, notícias, campanhas, argumentos e estratégias de persuasão.

**Literatura e Arte:** Representações das mulheres e produção cultural de autoria feminina.

**Geografia:** Desigualdades territoriais e acesso a serviços e redes de proteção.

**Matemática:** Leitura crítica de estatísticas, indicadores, gráficos e séries históricas.

**Biologia:** Distinção entre aspectos biológicos e interpretações socioculturais.

**Educação Física:** Estereótipos, participação, respeito e relações de gênero nas práticas corporais.

**Tecnologias e cultura digital:** Violência digital, exposição não consentida, circulação de informações e discursos nas redes.

A seleção dos componentes e conhecimentos dependerá do planejamento coletivo dos professores, das características da turma e das condições da escola.

## 5. Desenvolvimento da atividade

### **Etapa 1 — Apresentação e problematização**

O professor apresenta o problema gerador e organiza uma conversa inicial sobre os conceitos e questões envolvidos.

As manifestações dos estudantes podem ser registradas como hipóteses iniciais, sem exigir relatos de experiências pessoais.

O objetivo é identificar questões que demandam investigação e conhecimentos necessários para compreendê-las.

### **Etapa 2 — Organização dos grupos de investigação**

A turma poderá ser organizada em cinco grupos, com responsabilidades complementares.

#### **Grupo 1 — Argumentos favoráveis à abordagem escolar**

Investigar as justificativas apresentadas para o trabalho pedagógico sobre relações de gênero e violência contra a mulher, identificando fundamentos educacionais, sociais e legais.

#### **Grupo 2 — Argumentos contrários e preocupações sobre a abordagem escolar**

Pesquisar argumentos de resistência, preocupações com a participação das famílias, adequação etária, liberdade de crença e limites da atuação escolar.

#### **Grupo 3 — Dados e características da violência contra a mulher**

Investigar indicadores, tipos de violência, distribuição territorial, limites das estatísticas e diferenças entre denúncias, registros e ocorrências.

#### **Grupo 4 — Legislação e responsabilidades institucionais**

Examinar a legislação educacional, a Lei Maria da Penha, os direitos envolvidos e as responsabilidades atribuídas às instituições públicas.

#### **Grupo 5 — Comunicação, cultura e representações sociais**

Analisar notícias, campanhas, publicidade, produções culturais e redes sociais, observando como o tema é representado e discutido publicamente.

Os grupos deverão utilizar fontes identificáveis, registrar seus procedimentos e distinguir dados, interpretações e opiniões.

### **Etapa 3 — Pesquisa orientada e apropriação dos conhecimentos**

A investigação não deverá se limitar à coleta de informações.

Os professores poderão organizar intervenções para introduzir conceitos, contextualizar acontecimentos históricos, esclarecer categorias e apoiar a interpretação dos materiais selecionados.

A pesquisa deverá permitir que os estudantes avancem das primeiras impressões para explicações mais fundamentadas.

#### **Etapa 4 — Socialização e confronto de argumentos**

Cada grupo apresenta os resultados da investigação.

A discussão coletiva será organizada a partir de nove questões:

1. Qual é o problema investigado?
2. Quais são os principais argumentos de cada posição?
3. Quais conceitos aparecem nesses argumentos?
4. Quais dados sustentam ou questionam cada perspectiva?
5. Quais direitos estão envolvidos?
6. Quais são as responsabilidades da família, da escola e do Estado?
7. Quais argumentos são baseados em evidências e quais dependem principalmente de valores ou crenças?
8. Quais pontos de convergência podem ser encontrados?
9. Que proposta pedagógica poderia ser construída sem desrespeitar diferenças de opinião e, ao mesmo tempo, enfrentar a violência?

O confronto de argumentos deve respeitar os direitos legalmente assegurados e a dignidade dos participantes. A atividade não pressupõe que todas as afirmações tenham o mesmo fundamento científico ou jurídico.

#### **Etapa 5 — Produção coletiva**

Como produto final, a turma poderá elaborar uma:

##### **Carta de Princípios para uma Escola Livre de Violência**

A carta deverá expressar uma síntese fundamentada dos conhecimentos construídos, contemplando princípios de convivência, respeito, prevenção da violência e responsabilidades coletivas.

Não se trata de exigir unanimidade ou adesão a uma formulação previamente definida.

Trata-se de construir um documento coletivo a partir de pesquisa, argumentação, diálogo e análise crítica.

#### **Etapa 6 — Sistematização e retorno ao problema inicial**

O trabalho será encerrado com a retomada do problema gerador.

Os estudantes poderão comparar suas primeiras hipóteses com as interpretações desenvolvidas ao longo da investigação.

Essa etapa deverá explicitar os conhecimentos mobilizados, as questões esclarecidas e os problemas que permanecem abertos.

## 6. Avaliação da aprendizagem

A avaliação será processual, considerando o percurso de investigação e não apenas o produto final.

Critérios propostos:

- Compreensão dos conceitos estudados.
- Capacidade de estabelecer relações entre diferentes campos do conhecimento.
- Qualidade e confiabilidade das fontes utilizadas.
- Interpretação de dados e identificação de seus limites.
- Consistência da argumentação.
- Capacidade de distinguir fatos, interpretações, opiniões e valores.
- Participação no trabalho coletivo.
- Respeito à dignidade dos participantes e às regras de diálogo.
- Capacidade de reelaborar explicações à luz dos conhecimentos estudados.

A avaliação poderá combinar registros docentes, produções dos grupos, autoavaliação e análise da carta coletiva.

## 7. Orientações para a mediação docente

Por tratar de violência e relações sociais, a atividade exige cuidados pedagógicos específicos.

Não deverão ser solicitados depoimentos pessoais sobre situações de violência, nem utilizados relatos de estudantes como material obrigatório de investigação.

O professor deverá evitar a exposição de pessoas, a reprodução desnecessária de imagens violentas e a identificação de situações individuais perante a turma.

Caso surja uma revelação de violência, ela deverá ser tratada conforme os protocolos de proteção e encaminhamento da instituição, e não como objeto de debate público.

A adequação da linguagem, dos materiais e da profundidade das discussões deverá considerar a faixa etária, as condições de desenvolvimento e o contexto escolar.

A participação das famílias e da comunidade poderá ser organizada pela escola, respeitadas suas responsabilidades institucionais.

## 8. Fundamentação pedagógica: da realidade ao conhecimento

Esta atividade se fundamenta na articulação entre realidade social, conhecimento sistematizado e mediação docente.

O ponto de partida é um fenômeno presente na vida social.

A partir dele, os estudantes formulam perguntas e hipóteses, investigam informações, apropriam-se de conceitos, confrontam argumentos e reconstroem suas interpretações.

A interdisciplinaridade não significa dissolver os conhecimentos das disciplinas em um tema genérico.

Significa articular diferentes campos do saber para compreender um problema que apresenta múltiplas dimensões.

Nesse processo, a função do professor não se reduz à organização de debates. Envolve selecionar conhecimentos, planejar intervenções, acompanhar a investigação e criar condições para o desenvolvimento intelectual dos estudantes.

O resultado esperado não é a repetição de opiniões consideradas corretas, mas uma compreensão mais elaborada do fenômeno investigado.

**A escola não precisa escolher entre ensinar conteúdos e discutir a realidade. Pode ensinar conteúdos para compreender a realidade.**

**Mário Sérgio Godoy**

Designer Educacional e Pedagogo

**Práxis Pedagógica — Educação, conhecimento e prática em movimento.**

**Leitura complementar:** Educação Escolar de Gênero e a Violência contra a Mulher: quando a realidade social entra na escola.